

Resolução Política da Mesa Nacional do Bloco de Esquerda

3 de julho de 2022

Em menos de três meses, o governo de António Costa consumiu o seu “estado de graça” pós-eleitoral: a inflação corrói salários e pensões, a habitação é entregue ao mercado especulativo, sucedem-se rupturas em serviços públicos fundamentais - falta de profissionais na saúde, falta de professores, no controlo de fronteiras nos aeroportos. A maioria absoluta retrocede no combate à precariedade para agradar aos patrões, abre caminho à devastação dos fundos marinhos pela mineração, recusa regras para transição energética no setor automóvel. As fraturas no Conselho de Ministros, escancaradas na gestão do anúncio das decisões sobre novos aeroportos, vêm acrescentar sobressalto político à política antipopular da maioria absoluta.

Um Estado à deriva

1. O investimento no Serviço Nacional de Saúde foi um dos principais temas de divergência entre o Bloco de Esquerda e o PS desde 2019. Aprovada a Lei de Bases da Saúde, as escolhas fundamentais do legado de António Arnaut e João Semedo foram sempre proteladas pelo Governo do PS. A valorização das carreiras, a criação do regime de exclusividade, o combate à externalização de serviços, como todas as questões estruturantes, foram sempre adiadas ou recusadas. Ao longo deste período, o recurso a privados foi crescente. A política do PS está a transformar o SNS num pagador de serviços a privados em vez de ser um prestador de serviços de saúde de qualidade às populações.

2. O caos vivido nos hospitais nas últimas semanas, em particular nas urgências de obstetrícia, demonstram a falta de medidas de resposta aos problemas estruturais do SNS. Face ao avolumar das dificuldades, o governo foi criando novos problemas, atacando a dignidade dos profissionais do SNS e recusando a sua valorização, a das suas remunerações e de condições de trabalho. As acusações ao Bloco por intransigência quando defendia mais e melhor investimento no SNS e quando, face à sua ausência, rejeitou duas propostas de Orçamento do Estado -, eram afinal uma caricatura vinda da propaganda do PS para esconder escolhas que conduzem o SNS ao desastre.

3. A perda de atratividade das carreiras na Administração Pública e a fuga de competências para o privado não é um caminho inevitável, é uma escolha deliberada do PS. O Governo PS rejeita a valorização dos trabalhadores da Administração Pública, preferindo pagar a grupo privados em vez de pagar a trabalhadores. É por isso que Portugal é, na UE, dos países com menor percentagem de funcionários públicos no emprego total e, ao mesmo tempo, com maior despesa da Administração Pública face à média europeia. O exemplo dos médicos tarefeiros nas urgências hospitalares é o mais gritante, mas está longe de ser o único: um médico tarefeiro pode ganhar, num único turno, mais do ganha

num mês um médico do quadro do SNS que trabalha ao seu lado, no mesmo serviço. António Costa obedece às regras perversas do Tratado Orçamental (as despesas com salários são contabilizadas no défice estrutural; os pagamentos a privados têm um tratamento contabilístico mais favorável). É o esvaziamento das funções do Estado, a criação de um Estado cada vez mais mínimo que serve principalmente como entreposto de dinheiro para pagamento a privados, e a materialização do sonho da direita. Mesmo quando as regras europeias estão suspensas, como agora, o Governo PS incorpora-as nas suas escolhas estratégicas: Costa afirmava-se crítico das regras do euro, mas aplica a sua lógica incondicionalmente como um mantra.

4. Face ao caos nos serviços públicos a direita não tem uma crítica de fundo, porque acompanha as escolhas que geram esse caos. Mais uma vez, o exemplo da saúde é lapidar: o aumento dos pagamentos do SNS a privados disparou nos últimos anos e o compromisso para o fim da suborçamentação do SNS foi abandonado (em 2022 serão mais de 1100 milhões de euros). A triste imagem dos serviços públicos é o convite à demagogia da direita, ao desencanto popular e à promoção da procura pelos privados, colocando em causa a universalidade dos serviços públicos: é o legado que o PS quer deixar.

5. O Bloco de Esquerda defende a valorização das carreiras da Administração Pública, garantia essencial para serviços públicos de qualidade e exemplo para a valorização dos salários no privado. Quando António Costa fala de aumentos de salários em 20% até ao final da legislatura (sem explicar se são aumentos reais que valorizem o salário, ou mera correção do efeito de inflação ao longo da legislatura) mas nega até a simples atualização à inflação dos salários dos trabalhadores do Estado, mostra que as suas promessas são vazias. Precisamos de um choque de investimento nos serviços públicos, a começar pelo SNS, acompanhado pela autonomia de contratação dos hospitais para vagas do quadro e pela possibilidade de opção pela dedicação exclusiva por parte de quem já está no SNS ou a ele queira regressar ao serviço público com incentivo remuneratório de 40%.

O galope da inflação é um empobrecimento maciço

6. O mês de junho bateu recordes com 8,7% de inflação homóloga, a mais elevada em três décadas. O aumento dos preços, empurrado pela voragem do capital, que aumenta margens de lucro, e sob a justificação da guerra, corrói rendimento das famílias e significa uma enorme perda para o trabalho. Ao rejeitar impor controle de preços e limitando o valor dos salários, o Governo PS escolhe o lado do capital e deixa para trás os trabalhadores. Nem sequer os mais pobres, que dependem de apoios sociais para fintar a miséria, são considerados pelo Governo no combate à perda de poder de compra. Com medidas pontuais, quer no setor energético, quer nos apoios sociais, a única garantia dada pelo Governo é a da perda acentuada de poder de compra.

7. O capital rentista tem os favores do Governo para aproveitar o momento e engordar os seus lucros. A GALP distribui dividendos aos acionistas, até acima dos lucros, prevendo ventos favoráveis com a escalada dos preços; a EDP tem via verde para usar o seu poder no mercado e as elétricas mantêm lucros abusivos (como os 600 mil euros ganhos numa única noite de junho); os gigantes das telecomunicações - NOS, Altice, Vodafone - apresentam impressionantes aumentos de lucros; Continente e Pingo Doce fazem da crise

um enorme negócio, aumentando preços e disparando lucros. Enquanto vários países condenam os lucros abusivos num momento de empobrecimento generalizado, o Governo PS recusa terminantemente qualquer *windfall tax*. O Governo cruza os braços e recusa justiça fiscal que trave esta enorme transferência de riqueza da maioria do povo para um punhado de gigantes económicos.

8. A inflação já vinha em crescendo antes da guerra, quer no setor energético quer na base alimentar, baseada na cartelização de preços e na concentração dos grandes produtores. A retoma económica assimétrica no pós-confinamento era a desculpa que escondia parte desta especulação. A guerra na Ucrânia deu dinâmica acrescida a este movimento. As desigualdades crescentes, com os multimilionários a multiplicar as suas fortunas enquanto a larga maioria dos povos empobreciam, são agora ainda maiores à medida que a fome alastra e milhões são atirados para a pobreza extrema.

9. O aumento do custo das casas em Portugal nunca parou nos últimos anos e tem acelerado neste período. O direito à habitação, através da compra de casa própria ou do mercado de arrendamento, é uma miragem, em particular no centro das principais cidades. O Governo PS escolheu não enfrentar a especulação imobiliária O Governo deixa as populações, em particular os mais jovens, reféns de um mercado sobreaquecido e da bolha especulativa que se vai formando. É, mais uma vez, o Governo PS a aplicar as políticas que a direita implementaria com um modelo liberalizador selvagem. Com a inflação a disparar e a pairar sobre futuros aumentos dos valores das rendas, com a ameaça da subida das taxas de juro sobre os créditos à habitação, a tempestade perfeita pode ser ainda mais demolidora. Só com o aumento do parque habitacional público, com uma política pública corajosa que defenda as pessoas da especulação e elimine os vistos gold, que impeça o saque do alojamento local a bairros inteiros das nossas cidades e controle o mercado de arrendamento poderemos salvaguardar o direito à habitação e a possibilidade de emancipação dos mais jovens.

10. Enquanto fala em valorização salarial, é o mesmo António Costa que rejeita aumentos intercalares para defender os salários da voragem da inflação. E enquanto fala em valorização do trabalho e de trabalho digno, é o Governo PS que rejeita retirar a troika das relações laborais e recua na defesa dos precários das plataformas digitais. A Agenda do Trabalho Digno, entregue pelo Governo PS no parlamento, é um passo atrás face ao que o PS prometeu em 2021 e na campanha eleitoral. O Governo PS cedeu à pressão patronal e das multinacionais e fez dez alterações que esvaziam a proposta legislativa e perpetuam a precariedade, desde a retirada da moratória à caducidade das convenções coletivas até à manutenção da Lei Uber, passando pela queda das exigências de respeito por contratos estáveis em empresas que concorrem à contratação pública. O Bloco de Esquerda irá propor no parlamento a eliminação das leis da troika que continuam a ameaçar os trabalhadores e a reposição das dez medidas que o PS retirou da Agenda do Trabalho Digno por pressão patronal.

11. O pagamento retroativo do aumento de pensões, que será efetuado no mês de julho, não escamoteia a perda de poder de compra de pensionistas, cerca de um quarto da população do país. A consequência desta perda de poder de compra, a par da fragilização dos serviços públicos, aumenta a insegurança em faixas etárias mais avançadas. O Bloco de Esquerda fomentará diálogos com associações e movimentos representativos de reformados, aposentados e pensionistas, para aprofundar as respostas aos seus problemas

específicos, e realizará o Encontro Nacional do Grupo +60, espaço privilegiado para congregar e estruturar estas políticas.

Um país em seca, um planeta em agonia

12. A seca que ameaça Portugal é alarmante. 66% do país está em seca extrema e 33% em seca severa, o pior período de seca desde 1931. Os cientistas que alertavam para os efeitos das alterações climáticas já o tinham previsto, mas o país tarda em se preparar para esta nova realidade em que períodos de seca serão mais frequentes e mais severos. O Governo reconhece o problema mas não tem a coragem para agir e defender as populações, sendo subserviente aos interesses económicos. É o que se passa na submissão aos interesses da agricultura intensiva, que destrói a biodiversidade e os solos e consome água de forma insustentável. O Bloco propõe gestão pública das albufeiras e moratória à instalação de culturas intensivas e superintensivas nos perímetros de rega públicos. A água de rega não pode ser entregue abaixo do preço de custo e continuar a financiar desta forma modelos agroflorestais contrários ao interesse público. A falta de coragem também acontece com a manutenção do uso de água potável para rega de campos de golfe. Em particular no Algarve, uma das áreas do país em que mais se sente a seca e cujas limitações já significam a proibição ou limitação de rega de culturas tradicionais, é onde estão instalados 40 dos 78 campos de golfe existentes em território nacional. O Bloco propõe a obrigatoriedade de uso de água proveniente de Estações de Tratamento de Águas Residuais para a rega de campos de golfe, salvaguardando o uso de água potável e uma sua gestão eficiente e racional.

13. O Ministro da Economia e do Mar já abriu a porta à mineração em mar profundo e não esconde a sua intenção de tornar Portugal numa praça financeira para este tipo de investimentos. Depois de uma Cimeira dos Oceanos em que os alertas são gerais e deviam mobilizar para a ação, o Governo dá sinais contrários ao que deveria ser a proteção da biodiversidade e ecossistemas marinhos, desprotegendo o mar português e a sua riqueza. Dá esses sinais enquanto rejeita alterar a “lei de bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional” elaborada pelo governo de austeridade PSD/CDS e que abriu a possibilidade de privatização de volumes de mar com concessões até 50 anos. Em nome dos oceanos e das gerações futuras, o Bloco propõe uma moratória até 1 de janeiro de 2040 à mineração em zonas marítimas sob soberania e/ou jurisdição nacional e que, além da criação de um mínimo de 30% do oceano como área marinha protegida até 2030, que pelo menos um terço dessa área protegida seja de proteção estrita.

14. Enquanto o planeta exige mais esforços no seu salvamento, o Governo continua a escolher seguir em sentido contrário. Face à pressão para eliminar a comercialização de automóveis com motor de combustão, Portugal juntou-se a vários Estados para adiar a data para a aplicação dessa proibição em espaço europeu. É uma cedência inaceitável à indústria automóvel que rejeita a modernização necessária, mas é também um sinal de afrouxamento da ambição ambiental e de combate às alterações climáticas. O mesmo acontece com as políticas públicas que atrasam a redução do valor dos passes de transporte ou mantém os preços dos comboios em valores inaceitáveis. O Bloco irá propor a gratuidade dos passes dos transportes públicos e a redução substancial dos preços dos bilhetes de comboio, o meio de transporte mais ambientalmente responsável. Apesar das

promessas, o investimento na ferrovia teima em não avançar e a ligação a outras capitais europeias está pior do que no passado.

15. A desorientação do Governo sobre a localização do novo aeroporto de Lisboa reflete a incompatibilidade entre a Vinci, concessionária da ANA, e o desenvolvimento sustentável do país. Após uma crise ministerial que a maioria absoluta não conseguiu evitar, ficou claro que o interesse da concessionária é avançar imediatamente para a construção do aeroporto do Montijo, apesar de o Governo ter reconhecido que esta é uma solução a prazo. Ceder a essa intenção conduziria o país ao absurdo de construir dois aeroportos a médio prazo: Montijo e Alcochete, um absurdo financeiro e ambiental. Ou o Governo reconhece que os pressupostos da atual avaliação ambiental estratégica estão errados, como afirmou Pedro Nuno Santos, ou deixa uma decisão essencial para o futuro do país nas mãos do PSD e da ANA.

As ruas são de todas as cores

16. O mês do orgulho LGBTQ+ levou uma maré de pessoas às ruas, em marchas que proliferaram pelo país. Este ano, elas aconteceram em mais de 20 cidades, dando sequência a um crescimento continuado, de ano para ano, em número de pessoas e na extensão territorial. Foram dezenas de milhares na rua por direitos e igualdade, contra o conservadorismo que nos oprime e anda à espreita. Apesar das conquistas legais, a discriminação e as múltiplas formas de violência continuam a marcar o quotidiano de milhares de pessoas. Há uma nova onda de ódio conservador internacional, em mais de 60 países a homossexualidade ainda é considerada um crime. Sabemos como a precarização da vida afeta sempre mais quem soma fatores de discriminação e que a visibilidade das expressões LGBTQ+ está ainda longe de ser representativa. O Bloco de Esquerda saúda as marchas do orgulho que se realizaram e as que ainda se realizarão este ano. O movimento LGBTQ+, a sua luta por uma sociedade de progresso e a capacidade mobilizadora que demonstra são fatores essenciais de afirmação da liberdade e da igualdade.

17. Em junho foi assassinada uma mulher a cada 5 dias, marca de uma violência machista que continua a grassar na sociedade. As manifestações contra o conservadorismo e o machismo enraizado são fundamentais para impedir retrocessos nos direitos alcançados e para forçar as mudanças necessárias numa sociedade que ainda é conservadora, patriarcal e machista. Na Justiça ou no Ensino Superior, a consciência social contesta os poderes instalados e tem levado à mobilização em vários pontos do país. O Bloco acompanha e participa nos combates pela emancipação e pela igualdade.